

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE MURIAÉ – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: MARCELO PAES MENEZES



Lei de Criação: Lei 7.729 de 16/01/1989
Data da instalação: 24/08/1990

Jurisdicção: Muriaé, Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Miradouro, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, Tombos e Vieiras.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 29/09/2011, p. 1.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 9h30min do dia cinco de outubro de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Luiz Otávio Linhares Renault**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Muriaé, situada na Rua Barão do Monte Alto, 30 – 2º andar – Centro, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho, Dr. **Marcelo Paes Menezes**, Titular da Vara desde 20/02/2004; pela Diretora de Secretaria, Sra. Fernanda Marum Barbosa Baptista; pelos servidores Ana Cláudia Landim Marques, Cláudio Antunes Machado (**servidor mais antigo do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 25/01/1993**), Diogo Nogueira Maciel, Fernanda Groppo Pereira, Héliida Aparecida dos Santos, Igor Bebiano Leite da Silva, Leandro Guerra de Mello, Leila Ribeiro Figueiroa, Marcelo Lacerda Coutinho, Roberto Martino de Oliveira Paiva e Rodrigo Rabelo Bandeira; pelo servidor da Assessoria de Apoio a Primeira Instância, Luciano de Franco Ribeiro, pelos estagiários Rodolfo de Abreu Alves e Thaiane de Freitas Moura. Ausentes os servidores Gilmar Seghetto Cerqueira, Renato Martino de Oliveira Paiva, Solange Fernandes da Silva Cerqueira, todos em férias regulamentares; Denilson José Rossi, em licença médica e Enaira Rodrigues Demarque de Souza, funcionária da FENEIS, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1650 (mil seiscentos e cinquenta) processos distribuídos até o dia 04/10/2011, apurando-se a média de 9,27 (nove vírgula vinte e sete) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 05/10/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) **rito sumaríssimo:** 18/10/2011;
- b) **rito ordinário:** 14/12/2011;
- c) **instrução:** 07/11/2011.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 170 (cento e setenta) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 122 (cento e vinte e duas) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 275 (duzentas e

setenta e cinco) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 190 (cento e noventa) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 201 (duzentos e um) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 133 (cento e trinta e três) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 7 (sete) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 50 (cinquenta) autos de processos com carga, das quais 14 (quatorze) vencidas e cobradas.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 8 (oito) autos de processos com carga, das quais 4 (quatro) vencidas e cobradas.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 2208 (dois mil duzentos e oito) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 91 (noventa e um) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 61 (sessenta e um) autos de processos com carga para a Contadoria, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 877 (oitocentos e setenta e sete) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 770 (setecentas e setenta) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 99 (noventa e nove) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) nenhum processo arquivado provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 8 (oito) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de setembro de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 878 (oitocentos e setenta e oito), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho não recebeu ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 05/10/2011 havia 25 (vinte e cinco) processos:

- a) **rito sumaríssimo**: 12 (doze) processos;
- b) **rito ordinário**: 6 (seis) processos;
- c) **instrução**: 7 (sete) processos.

Foram examinados os autos dos processos 01395/11, 01399/11, 01400/11, 01405/11, 01596/11, 01598/11, 01599/11, 01609/11, 01610/11 e 01612/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 90102/11, 01650/11, 90077/11, 90039/11, 90098/11, 01651/11, 01678/11, 01680/11, 01621/11 e 01279/11 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 90102/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 17 (mais de 20 dias);
- 90077/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 9 (mais de 20 dias);

- 90039/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 7 (mais de 20 dias);

- 01279/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 3 (mais de 10 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 01471/11, 01340/11, 00496/11, 00371/09, 00900/11, 01131/11, 00155/11, 00926/11, 01376/11 e 00852/10.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00496/11: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

- 00371/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 83 (mais de 80 dias) e f. 132 (mais de 70 dias);

- 00155/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 145 (mais de 30 dias);

- 00852/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 20 (mais de 20 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 01681/10, 01217/10, 00579/11, 00910/11, 00158/11, 01020/10, 00167/11, 00704/10, 00215/11 e 01765/10 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos

mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT; cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01681/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 52 (mais de 20 dias);
- 01217/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 22 (mais de 20 dias);
- 00158/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 38 (mais de 30 dias);
- 00704/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 37 (mais de 30 dias);
- 01765/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 171 (mais de 30 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 4 (quatro) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos dos processos 01587/11, 00806/11, 00895/10 e 00172/10 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou

outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 01303/11, 01461/11, 01488/11, 01523/11, 01179/11, 01555/11, 01568/11, 01306/11, 01412/11 e 01459/11.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01412/11 e 01459/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (22 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 2 (dois) inquéritos judiciais, neste ano de 2011, em tramitação nesta Vara do Trabalho (processos 00248/10 e 00476/10).

Examinados os autos do processo 00248/10, uma vez que os autos do processo 00476/10 foram encaminhados ao TRT/3ª Região, constatou-se estarem em ordem.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 2 (duas) ações civis públicas, até a presente data, em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 01539/11, 01527/11, 01493/11, 01455/11, 01357/11, 01358/11, 00817/11, 01150/11, 01354/11 e 01249/11.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01455/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo

superior a 15 dias (18 dias).

Recomendam-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00339/11, 01134/11, 00895/11, 01188/11, 01123/11, 00503/11, 01496/10, 00965/11, 01342/10 e 00153/11.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01496/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 39 (mais de 30 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, não há precatório expedido no ano em curso, até a presente data.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 05/10/2011:

- a) **rito sumaríssimo**: 13 (treze) dias;
- b) **rito ordinário**: 47 (quarenta e sete) dias;
- c) **instrução**: 36 (trinta e seis) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 05/10/2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo**: 13 (treze) dias (18/10/2011);
- b) **rito ordinário**: 70 (setenta) dias (14/12/2011);
- c) **instrução**: 33 (trinta e três) dias (07/11/2011).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 13/07/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo**: 11 (onze) dias;
b) **rito ordinário**: 49 (quarenta e nove) dias;
c) **instrução**: 66 (sessenta e seis) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

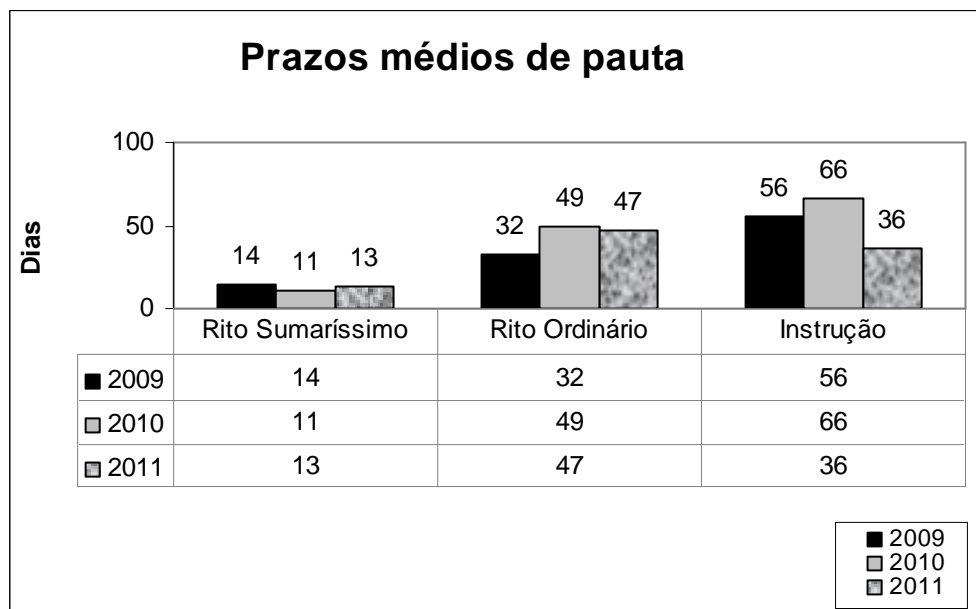
- a) **rito sumaríssimo**: 9 (nove) dias;
b) **rito ordinário**: 43 (quarenta e três) dias;
c) **instrução**: 76 (setenta e seis) dias.

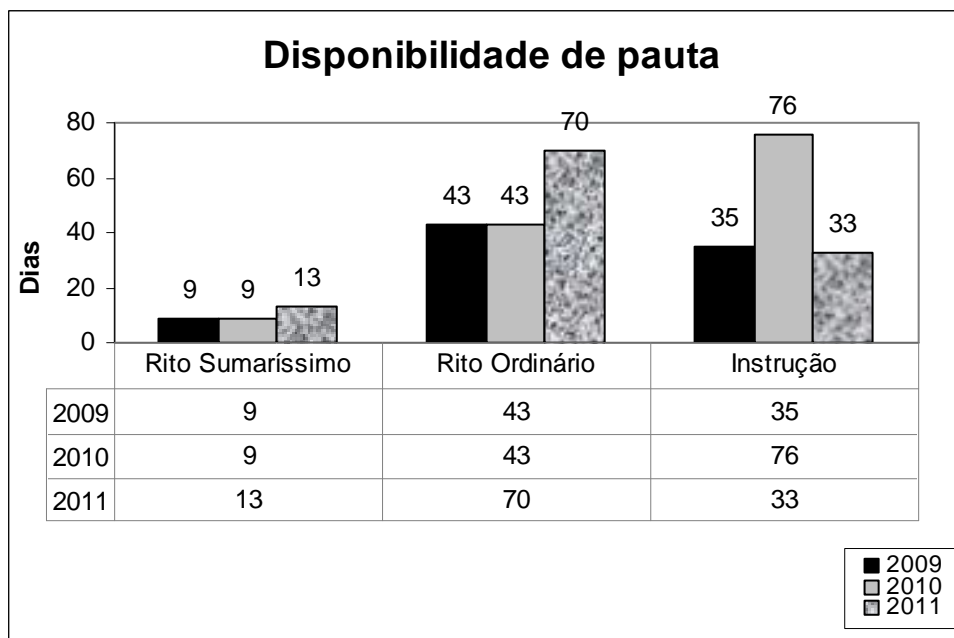
CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada em 07/07/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo**: 14 (quatorze) dias;
b) **rito ordinário**: 32 (trinta e dois) dias;
c) **instrução**: 56 (cinquenta e seis) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo**: 9 (nove) dias;
b) **rito ordinário**: 43 (quarenta e três) dias;
c) **instrução**: 35 (trinta e cinco) dias.





No ano de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 409 (quatrocentas e nove), média de 1,82 (uma vírgula oitenta e duas) por dia;
- b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 134 (cento e trinta e quatro), média de 0,60 (zero vírgula sessenta) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 31 (trinta e uma), média de 0,14 (zero vírgula quatorze) por dia;
- d) total:** 574 (quinhentos e setenta e quatro) processos conclusos para decisão no período, média total de 2,56 (dois vírgula cinquenta e seis) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	409	1,82
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	134	0,60
Decisões na fase de execução	31	0,14
Total	574	2,56

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em setembro de 2011, com 21 (vinte e um) dias úteis, realizou:

- a) audiências de rito sumaríssimo:** 97 (noventa e sete), média de 4,62 (quatro vírgula

sessenta e duas) por dia;

b) audiências de procedimento comum (una): 99 (noventa e nove), média de 4,71 (quatro vírgula setenta e uma) por dia;

c) audiências de instrução: 32 (trinta e duas), média de 1,52 (uma vírgula cinquenta e duas) por dia;

d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 21 (vinte e uma), média de 1 (uma) por dia;

e) total de audiências: 249 (duzentas e quarenta e nove), média de 11,85 (onze vírgula oitenta e cinco) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Rito sumaríssimo	97	4,62
Procedimento comum	99	4,71
Instrução	32	1,52
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	21	1,00
Total	249	11,85

No mês de setembro de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 48 (quarenta e oito) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 15 (quinze) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 113 (cento e treze) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas em 3 (três) dias de cada semana, geralmente às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 14h e/ou 10h. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 (quinze) minutos para as de rito ordinário e de 15 (quinze) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 22 (vinte e duas) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 800 (oitocentos) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Não há auxílio fixo nesta Vara.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, em sendo designado o auxílio fixo para esta Vara, que se observe o disposto no artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provimento 01/2010.

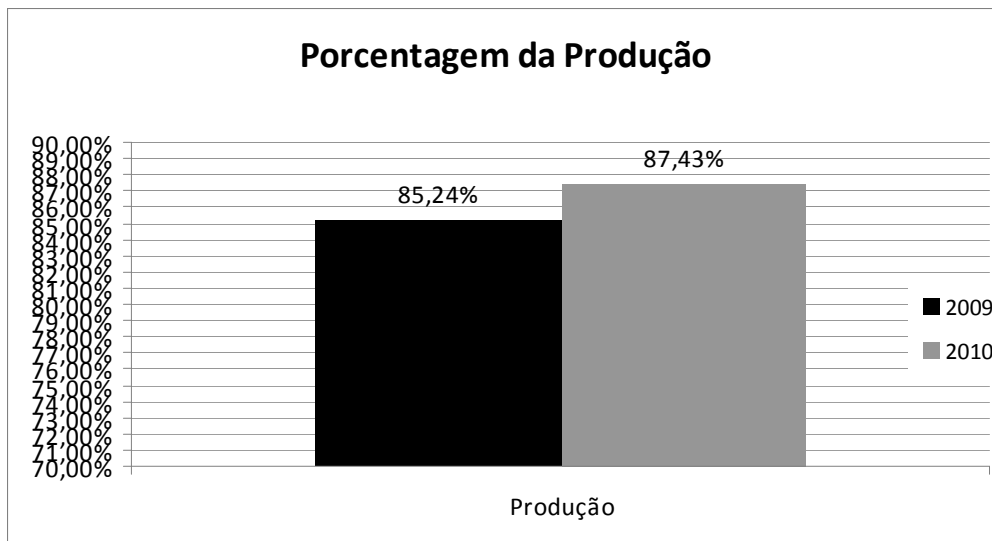
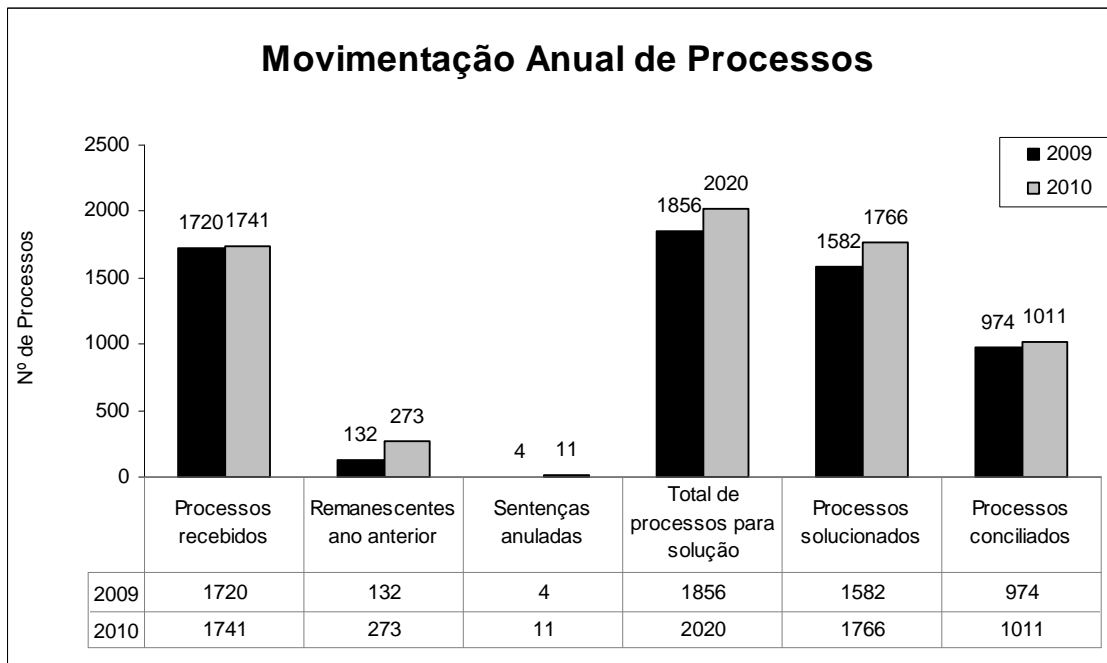
5. PRODUÇÃO – Do total de 2020 (dois mil e vinte) processos para solução em 2010, 1741 (mil setecentos e quarenta e um) foram recebidos no ano de 2010, 273 (duzentos e setenta e três) são processos remanescentes de 2009 e 6 (seis) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 7,77 (sete vírgula setenta e sete). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 1766 (mil setecentos e sessenta e seis) processos, dos quais 1011 (mil e onze) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 87,43% (oitenta e sete vírgula quarenta e três por cento).

Do total de 1856 (mil e oitocentos e cinquenta e seis) processos para solução em 2009, 1720 (mil setecentos e vinte) foram recebidos no ano de 2009, 132 (cento e trinta e dois) são processos remanescentes de 2008 e 4 (quatro) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1582 (mil quinhentos e oitenta e dois) processos, dos quais 974 (novecentos e setenta e quatro) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 85,24% (oitenta e cinco vírgula vinte e quatro por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 1,22% (um vírgula vinte e dois por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve um aumento de 2,19% (dois vírgula dezenove por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010
Processos recebidos	1720	1741
Processos remanescentes do ano anterior	132	273
Sentenças anuladas	4	11
Total de processos para solução	1856	2020
Processos solucionados	1582	1766
Processos conciliados	974	1011
Produção	85,24%	87,43%



6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
------------------------------------	-------------------------

R\$632.283,34	R\$154.299,75
---------------	---------------

Nas Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$753.173,00 e do Imposto de Renda em R\$313.563,13. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se a Sra. Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias 07/1998, que trata do recebimento de alvarás pelas partes; 03/2003, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 04/2003, que disciplina a execução de custas e 01/2011, que regulamenta a intimação à Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, nesta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Dra. Fernanda do Prado Fadul – OAB/MG 94.454	Excelente qualidade
Sr. Ferdinando Alvarenga – CI 14329065 SSP/MG	Excelente qualidade
Dr. Marcelo Lúcio Grilo – OAB/MG 74.260	Excelente qualidade
Dr. Luiz Felipe Braga Bastos – OAB/MG 100.938	Muito boa qualidade
Dr. Walusa Badaró Lúcio – OAB/MG 95.893	Excelente qualidade

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a excelente qualidade no atendimento às partes e aos advogados e a muito boa organização da Secretaria. Foram examinados 75 (setenta e cinco) autos de processos, sendo que em 13 (treze) foi encontrado excesso de prazo. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, devem ser melhor observados.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido entre 1501 (mil

quinhentos e um) e 2000 (dois mil) processos, a presente Vara deve contar com 16 (dezesesseis) servidores, estando nesta data com o seu quadro de servidores completo.

Com base nas informações prestadas pela Sra. Diretora de Secretaria, o seu quadro está completo desde agosto/2010.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

a) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338/2011;

b) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

c) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12/09/2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “*na qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional*”;

d) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

e) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

f) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

g) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

h) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

i) realizado, pela Secretaria, um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério daquela autoridade;

j) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

k) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC.

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

a) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC;

b) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

O Desembargador Corregedor reitera a observância das recomendações acima elencadas.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Corregedor, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região tudo faça para cumpri-las integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente em face de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações justralhistas.

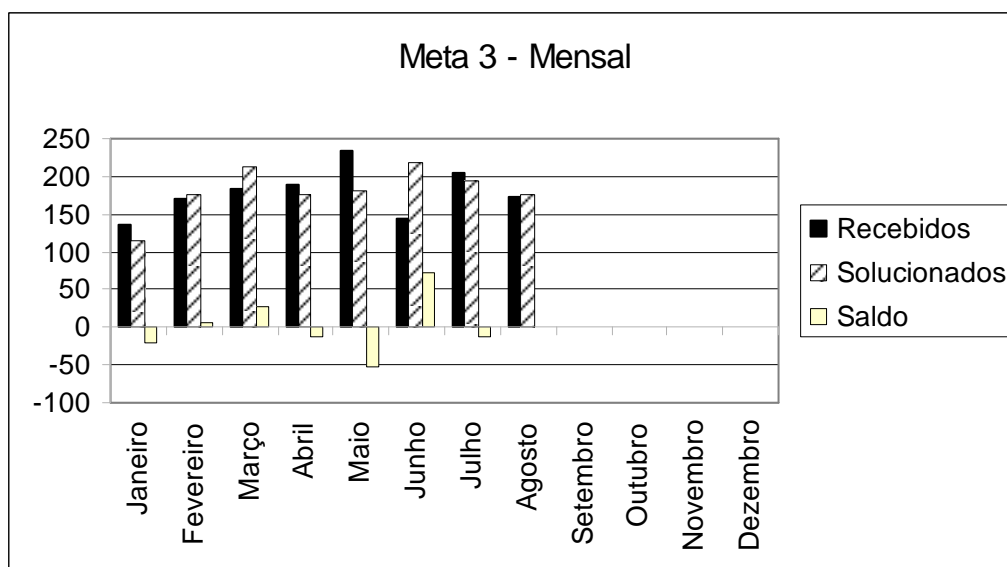
Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com êxito, o Desembargador Corregedor recomenda que a MM. Juíza confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Corregedor salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.

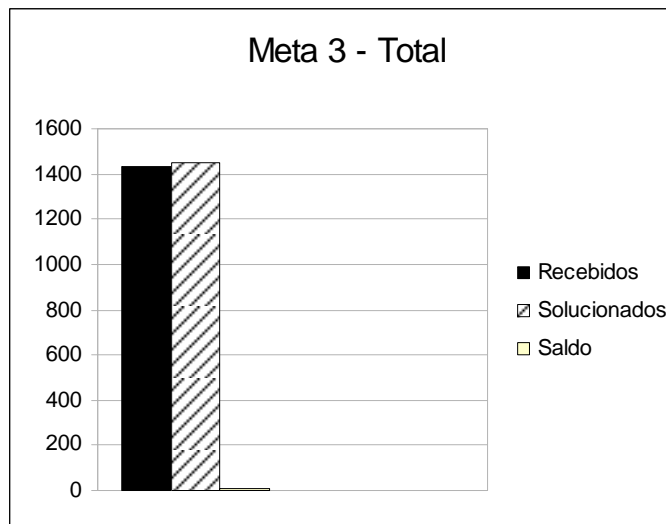
Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária 3 do CNJ:

META 3 – CNJ

Vara do Trabalho de Muriaé *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Saldo
Janeiro	135	115	-20
Fevereiro	171	177	6
Março	184	212	28
Abril	189	177	-12
Maio	234	181	-53
Junho	144	217	73
Julho	205	193	-12
Agosto	173	175	2
Setembro	0	0	0
Outubro	0	0	0
Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
Total	1435	1447	12

* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no sítio do TRT 3ª Região





No tocante às Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Corregedor que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor recebeu a visita do representante da Presidente da 36ª Subseção da OAB/MG, Dr. Edmar Giovanni Morais – OAB/MG 91.910, que manifestou sua preocupação, solicitando providências, com os seguintes assuntos: 1) acesso às dependências da Vara do Trabalho de Muriaé; 2) existência de um único banheiro para utilização pelos Juízes, Servidores, Advogados e

demais usuários da Justiça do Trabalho; 3) segurança de todos os usuários da Justiça do Trabalho, inclusive Juízes, Servidores e Advogados e 4) preocupação com número insuficiente de servidores prestando serviços na Vara do Trabalho de Muriaé.

Registra-se, também, que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor recebeu a visita dos representantes do Centro de Reintegração e Assistência Social do Deficiente de Muriaé – CIASDEM, Sra. Maria das Graças Xavier e Sr. Carlos Roberto do Reis, Vice Presidente e Presidente, respectivamente, da mencionada associação, que manifestaram-se, dizendo, que estão sensibilizados com esse encontro, cuja a finalidade é manifestar a extrema preocupação com relação à acessibilidade de portadores de necessidade especiais às dependências da Vara do Trabalho, preocupação essa já manifestada em outras oportunidades. Salientaram que qualquer pessoa que queira ter acesso às dependências da Vara tem que subir 54 degraus, tornando inviável e praticamente impossível o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, uma vez que não há elevador. Enfatizaram, ainda, acerca da inexistência de banheiros adaptados para os portadores de necessidades especiais. Acrescentaram que tomaram conhecimento de haver casos em que o portador de necessidades especiais teve de ser carregado por servidores da Vara, o que torna a situação bastante desconfortável, constrangedora e, em algumas situações, chegam a causar ansiedade naquela pessoa que se faz transportada naquelas condições, além do risco de ocorrer acidentes, principalmente na descida das escadas.

Registra-se, ainda, a presença do Assessor de Apoio à Primeira Instância, Dr. Sylvio Túlio Peixoto, que informou aos representantes do CIASDEM que o problema poderá ser solucionado com a doação do terreno pelo Município de Muriaé para construção da sede própria da Vara do Trabalho de Muriaé, tendo sido informado que a Lei regulamentando a doação poderá ser votada pelos Vereadores na próxima semana.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor frisou que a reivindicação está envolta em tema de elevada relevância social, com graves repercussões na questão do acesso ao Poder Judiciário Trabalhista, cujas facilidades são recomendadas pelo Colendo TST, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo CNJ. Na oportunidade, o Desembargador Corregedor, procurando demonstrar a preocupação e o engajamento efetivo do TRT/3ª Região com a causa dos portadores de necessidades especiais, entregou à Vice Presidente e ao Presidente do CIASDEM, apenas a título ilustrativo, uma cópia contendo as fotos relativas à nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Passos, onde, além dos elevadores, existe uma rampa para facilitar o acesso aos portadores de necessidades especiais, salientando a existência de várias outras sedes com os mesmos tipos de acessos, inclusive a Sede da Vara do Trabalho de Teófilo Otoni que possui um elevador.

A assinatura dos representantes do CIASDEM teve de ser colhida em folha apartada, dada a impossibilidade de locomoção destes para assistirem à leitura da ata na sala de audiências da Vara do Trabalho de Muriaé.

Apresentou o MM. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Muriaé, Dr. Marcelo Paes Menezes, requerimento, o qual será encaminhado a Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT/3ª Região, Dra. Deoclécia Amorelli Dias, para os fins legais, registrando-se, todavia, nessa ata, os seguintes aspectos: 1) “solicitação de contratação de vigilância armada e detector de metais para esta Vara, tendo em vista ameaças sofridas”; 2) providências com relação a acessibilidade do prédio da Justiça do Trabalho na cidade de Muriaé, uma vez que “esta unidade não permite a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, o que é do conhecimento da administração do TRT. Isso enseja negativa de acesso ao Poder Judiciário, além de violar garantias constitucionais outras. Contribuí, outrossim, de forma muito negativa, para a construção da imagem da Justiça do Trabalho entre os jurisdicionados, conforme notícias estampadas em jornais locais.”

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 18h30min, do dia 5 de outubro de 2011, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Ricardo Silva Estevanovic** _____, Assessor do Desembargador Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Assessor acima nominado, foi composta pelos servidores Luciano Damásio Soares e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Luiz Otávio Linhares Renault
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Marcelo Paes Menezes
Juiz do Trabalho Titular

Fernanda Marum Barbosa Baptista
Diretora de Secretaria

Ana Cláudia Landim Marques Cláudio Antunes Machado Diogo Nogueira Maciel

Fernanda Groppo Pereira Héliida Aparecida dos Santos Igor Bebiano Leite da Silva

Leandro Guerra de Mello

Leila Ribeiro Figueiroa

Marcelo Lacerda Coutinho

Roberto Martino de Oliveira Paiva

Rodrigo Rabelo Bandeira

Luciano de Franco Ribeiro

Advogado presente:

Edmar Giovanni Morais
OAB/MG 91.910

Assinaturas dos representantes do CIASDEM:

Maria das Graças Xavier
Vice Presidente

Carlos Roberto do Reis
Presidente